

A CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE NO ESTUDO DA TEMÁTICA EMPRESARIAL

Amilcar Baiardi*
Ruthy Nadia Laniado**

RESUMO

Este trabalho apresenta considerações analíticas voltadas para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o empresariado da Bahia (Brasil). A diretriz do trabalho apoia-se numa acentuada ênfase sobre o papel da mentalidade dos atores em relação ao seu desempenho econômico, tanto na empresa como na comunidade, assim como, em relação a outros tipos de organização. O foco da discussão é o engajamento social de membros da elite econômica, contrastando ação social na empresa e ação no ambiente social; isto é, quando processos de reestruturação e modernização nos negócios podem, eventualmente, ser conjugados com uma ação cívica participativa. Isto exigiu uma discussão específica sobre os elementos constitutivos que informam a construção da categoria analítica de empresário, seus atributos internos e o seu posicionamento nos sistemas de análise da estratificação e da ação social, seja do ponto de vista da produção material, como do ponto de vista da interação entre indivíduos na coletividade. Portanto, discute-se a categoria empresário na constituição do objeto de pesquisa, reportando-a às categorias de apoio de capital social e engajamento cívico.

ABSTRACT

This paper refers to analytical considerations developed during the research about entrepreneurs of Bahia (Brazil). The work guideline relies on a strong emphasis on the role of the actors' mentality in the relation to their economic performance both in the firm and in the community, as well as in other type of organizations. The focus is to discuss the social commitment of the economic elite members, contrasting social action in the firm and action in the social environment; that is to say, when restructuration processes and modernization in business could be, hopefully, combined with participation through civic action. This required a specific discussion about the constitutive elements which inform the construction of the analytical category of entrepreneur, its internal attributes and the place of this notion in the system analysis about stratification and social action, both from an approach concerning material production and social interaction of the actors in social groups. Therefore, the analytical category of entrepreneur is discussed within the process of construction of a research object, referring it to the supporting analytical categories of social capital and civic commitment.

* Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, NPGA/UFBA e bolsista do CNPq

** Professora do Departamento de Sociologia e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, NPGA/UFBA e bolsista do CNPq

O EMPRESARIADO COMO TEMÁTICA DE ESTUDO

Com o objetivo de conhecer o potencial do empresário moderno da Bahia, desenhou-se uma pesquisa¹ que procurou seguir a linha de valorização do ator, ou seja, de sua presença ativa nos contextos sociais da atualidade. Frente a um mundo voltado para o embate entre a racionalidade operacional do sistema (fruto do pensamento modernista clássico) e a centralidade da motivação dos agentes, o estudo do papel do empresariado num mundo em transformação exigiu a recuperação da dimensão de subjetividade. Em suas formas mais expressivas de ação social - e valorizando a mentalidade e a cultura como conformadoras de atitudes e comportamentos - visou-se entender a importância da ação desse estrato social, procurando identificar como pensam e atuam a partir de sua unidade de trabalho e como identificam a repercussão de sua ação na idéia de comunidade.

Com inspiração na proposta metodológica do elaborado estudo de Putnam (1994), o trabalho de pesquisa se propôs a verificar a existência de relações, associações e nexos entre o papel econômico destes agentes (no âmbito da firma) e o seu papel nas organizações sociais (no âmbito do corporativismo, da filantropia e do terceiro setor), inclusive sua contribuição para o desenvolvimento de uma cultura cívica de maior engajamento social. Numa abordagem alternativa para explicar desigualdades e especificidades no desempenho da economia nacional e local, que são tradicionalmente enfocadas pela diferença na divisão regional do trabalho e na expansão de fronteiras econômicas originadas em sua história, o estudo do empresariado baiano centrou-se na identificação de elementos estruturantes na delimitação de um maior ou menor grau de integração entre a modernização econômica e institucional, por um lado, e a transformação de padrões culturais, pelo outro.

A democracia moderna evoluiu gradativamente em torno dos direitos do homem, impondo uma dinâmica reflexiva entre sujeitos, Estado e sociedade civil como um todo. Bobbio (1986) caracterizou a formação deste mundo dos direitos em três níveis: a cidadania civil (a busca da liberdade), a cidadania política (a universalização dos direitos políticos) e a cidadania social (a expansão dos direitos sociais promovidos pelo Estado). Nas últimas décadas, o saturamento desta escala tripárite encontrou seus limites pois, conforme Bobbio, a democracia instituiu a demanda fácil e a resposta difícil. De fato, pressões contra o Estado e movimentos sociais altamente organizados colocaram no horizonte uma nova dimensão da cidadania: a cidadania participativa. Nela o indivíduo se coloca em dois planos concomitantes: como sujeito permanentemente ativo e vigilante da política e das instituições, por um lado, e como fazedor permanente das condições que marcam sua identidade e seus valores, por outro. Numa escala ampliada desta nova inserção do sujeito político na cena social, as condições de diálogo e produção de consenso se voltaram para o que se chama de governança: governo, instituições e atores sociais do mais amplo espectro, compondo as condições de gestão social (Diniz, 1997; Reis, 1995). Nos últimos vinte anos de mudanças democráticas no Brasil, presencia-se uma situação de acelerada transformação da sociedade e dos papéis dos agentes. A dinâmica social de ocupação de espaços, tanto aqueles deixados pela contínua retração do Estado,

¹ "Padrões culturais e desempenho na sociedade civil: perfil e atitudes do empresariado baiano"; pesquisadores: Amilcar Baiardi e Ruthy Nadia Laniado; bolsistas de Iniciação Científica: P.L.Santos, N.R.Ramos, D.L.Salvador, P.V.B.Heine - apoiado CNPq/1997-99. O tema da pesquisa diz respeito a diagnosticar o desigual grau de valores modernizantes entre o empresariado no estado, o qual pode ser aferido verificando como valores e mentalidades modernizantes (ou não) se refletem em atitudes inovadoras (ou não) nas empresas, e na participação em atividades corporativistas ou cívicas de vários tipos (filantrópicas, voltadas para a cidadania, culturais e esportivas). Busca-se, portanto, estabelecer ligações entre padrões culturais e engajamento cívico em sub-regiões da Bahia (Feira de Santana, Juazeiro, Barreiras, eixo Ilhéus-Itabuna e Região Metropolitana de Salvador).

como outros criados por iniciativas de base, é permanente. Há uma permanente expansão de redes sociais, visando a atender necessidades de uma realidade mais complexa e dar resposta à incapacidade do Estado e dos segmentos institucionalizados de cumprir com funções convencionalmente estabelecidas. A despeito da acentuada desigualdade social, que coloca o país em taxas de desempenho de qualidade de vida que ficam muito a desejar², pode-se dizer que há uma crescente internalização do senso de cidadania.

O senso de cidadania é abordado aqui a partir da noção de engajamento cívico, como analisada por Putnam (1994). Diz respeito ao nível de eficiência e de participação nas decisões e gestão das organizações públicas ou privadas envolvidas nas mais diferentes espécies de atividades, inclusive nas organizações empresariais, assim como os resultados obtidos. A eficiência (quando não restrita a uma noção de cálculo imediato) considera a capacidade de inovar no sistema produtivo e de distribuição e, ao mesmo tempo, a capacidade de gestar um perfil moderno de cidadania, através de estratégias mobilizadoras e solidárias nos diversos mercados da sociedade, tais como bens sociais, culturais, ambientais, etc. (Laniado & Baiardi, 1998). Do ponto de vista da ação estritamente empresarial, o engajamento cívico é interpretado como o senso de responsabilidade cívica, marcado por valores morais e sociais, voltado para mudar e melhorar o ambiente social ou entorno da firma, através da atividade econômica modernizadora que irradia efeitos positivos para além da empresa em direção à comunidade. O engajamento cívico, depende, em última instância, do capital social herdado³, onde entram confiança, credibilidade, cooperação, associativismo, assim como, a intensificação de redes de solidariedade. Em sociedades com percurso histórico diferente daquelas que Putnam investigou, verifica-se o que Bendix (1996) chamou de sociedades 'seguidoras', nas quais o engajamento cívico se encontra heterogeneamente distribuído, mas se encontra presente de alguma forma, como é o caso do Brasil.

Entre tantos personagens e atores sociais que têm tido papel preponderante na dinamização da sociedade civil nas últimas duas décadas, o empresário brasileiro tem apresentado um perfil mais discreto. Os setores populares ocuparam a linha de frente do processo de contestação - demandas, formação de organizações civis, espaço na mídia, entre outros - durante o período de transição democrática e o interesse das ciências sociais voltou-se majoritariamente para o que Sader (1988) chamou de novos personagens em cena. De fato, o empresariado tem exercido pouco apelo, tem sido pouco atrativo e tem merecido menor atenção como objeto de pesquisa, no esforço de análise e interpretação dos acontecimentos históricos brasileiros mais recentes. Tornou-se quase que um agente elíptico nos inúmeros estudos produzidos sobre a dinâmica social da redemocratização (Laniado, 1998), o que rompe com uma tradição anterior de estudos das elites empresariais, marcadamente nos anos setenta e oitenta⁴

² De acordo com dados do Banco Mundial, em 1995 o Brasil ocupava a 70ª posição quanto ao índice de desenvolvimento humano: 50% dos mais pobres recebiam apenas 12% da renda individual no início da década de noventa (Folha de SP/DIEESE - 12/08/95); o Estado alocava apenas 6,0% do PIB em despesas sociais (educação, saúde, previdência social, habitação), índice inferior ao da Argentina (15.8%) e Chile (10.7%) para o mesmo período (Folha de SP - 08/09/95).

³ Seguindo a linha de análise de Putnam, capital social pode ser definido pelo grau de confiança, credibilidade, cooperação, associativismo, assim como de solidariedade e reciprocidade compartilhados dentro de uma comunidade, numa linha histórica de eventos e heranças passadas de geração a geração. Para Albert Hirschman (apud Putman, 1994), a maioria das formas de capital social pode ser entendida como recursos morais, cujo estoque aumenta com o uso e decresce com o desuso. Pode-se dizer que o conjunto desses elementos resulta na formação do ethos que permeia o espírito da nação, sua cultura e seus modos de vida. (Laniado & Baiardi, 1998).

⁴ Vide, por exemplo, os estudos realizados no IUPERJ, entre outros.

Não obstante, numa sociedade com processos políticos e sociais bastante acelerados e uma economia em mudança num contexto de globalização, a classe empresarial vem a se constituir, também, em relevante personagem para a análise da sociedade brasileira. Torna-se importante entender como o empresário acompanha as mudanças, como se posiciona nos novos contextos e de que forma explica a sua participação. Isto é, como (re)age em relação aos fatores que definem a condição de **ser empresário** hoje, pois é geralmente visto como agente econômico voltado basicamente para o enriquecimento e o controle político (Laniado, 1998).

Explicar o papel do empresário no presente contexto social demanda um empenho metodológico e analítico para melhor apreensão de um novo campo da ação social, qual seja, aquele onde se produz a cidadania participativa vista pelo ângulo do engajamento cívico. Para tal, a abordagem do empresário, enquanto objeto de pesquisa, requer um aprofundamento da identificação deste agente, tomando como marco de referência a dimensão integrada das esferas da produção material (bens econômicos) e da não-material (subjetividade e cultura), integrando ator e sistemas estruturantes, de modo a superar o que se vem chamando de dilemas dos contextos sociais pós-industriais (Giddens, 1989; Held & Thompson, 1991).

○ EMPRESÁRIO: A CONSTITUIÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA

Repensar o papel social de um grupo de agentes que protagonizou o nascimento e a evolução da sociedade industrial em todas suas fases, constitui um desafio, por vezes arriscado. A reelaboração analítica sobre a formação de atores sociais que ao longo das últimas duas décadas o movimento intelectual vem se propondo, implica em crítica de profundidade aos paradigmas estabelecidos, inclusive no que concerne à hierarquia dos atores. Neste sentido, e guardadas as proporções, não se poderia negligenciar, deixar de lado neste processo, o segmento social empresariado. O propósito deste trabalho é, exatamente, colocar esta questão e apontar para um encaminhamento dado.

Sujeito presente em toda e qualquer análise em torno do campo da dominação e do poder, o empresariado no Brasil tem atraído pouco o interesse sobre sua própria função e posicionamento na sociedade atual. O quadro começa a mudar com as intensas transformações recentes e com a necessidade de novas explicações para o fato da industrialização brasileira não ter levado o país à modernidade, vide Furtado (1998). As influências culturais e sua relação com a civilização moderna, no sentido dado ao papel da cultura pela tradição weberiana, retomaram força mais recentemente, tanto no que diz respeito à importância do significado dado aos agentes, seus comportamentos, como na busca pelo reconhecimento das possibilidades oferecidas por estes condicionamentos culturais (novas identidades, novas liberdades, novas redes de solidariedade, etc.) .

Nas análises críticas sobre ação social e constituição dos sujeitos que discutem a transformação democrática, o olhar acadêmico tem se debruçado, preponderantemente, sobre os setores sociais populares e os excluídos em geral, que se inserem de forma conflituosa e desigual na base das instituições. Tem-se buscado novas formas de entendimento sobre as mudanças engendradas pelos atores para a transformação da própria democracia, numa fase que muitos chamam de sociedade pós-industrial. O desenvolvimento capitalista e os processos democráticos, principalmente com a crise das experiências socialistas, tornaram insuficientes as explicações apoiadas nas análises sobre a hegemonia burguesa no capitalismo, já que a própria idéia de hegemonia se apoia no consenso do bloco no poder, mas com uma priorização (hegemonia consentida) do domínio da classe dominante e de sua capacidade de tornar abrangente (hegemônica) a sua própria ideologia de classe.

A despeito da descentralização das análises em relação ao papel preponderante da burguesia nas esferas política, cultural e ideológica – inclusive com a explicitação de referentes analíticos sobre ação social e ação política – as abordagens para interpretar a classe dominante e empresarial, o que o presente trabalho discute, pouco avançaram na questão. Melhor dizendo, o empresário, como membro da classe dominante (ou até mesmo por sê-lo), não foi de fato 'incorporado' de forma adequada ou suficiente às novas abordagens, que desfocaram o determinismo das lutas de classe e seus corolários conceituais e, conseqüentemente, as suas implicações em análises deterministas sobre os fenômenos sociais, que caracterizam teorias sociais acabadas.

Em geral, no atual estado das artes sobre esta temática, as análises sobre ação social mantêm o ator empresário como um sujeito constituído *a priori*, presente no que se poderia chamar de "o outro lado do confronto", como de fato lhe conferiria a posição de classe que ocupa em todos os níveis de produção capitalista e seus sistemas de poder conjugados. O que chama a atenção nos estudos produzidos sobre mudanças econômicas e sociais no capitalismo de fim de século (globalização econômica, movimentos sociais, novos direitos sociais, etc.) é o fato do empresariado ser pouco considerado como um "lado presente" integrado na dinâmica das ações coletivas. É pouco percebido no conjunto de atores (as diversas frações de classe e seus interesses heterogêneos) com um papel ativo nas mudanças dos padrões culturais que têm condicionado a negociação e o consenso nas relações sociais.

Mais recentemente sua presença tem sido colocada constantemente como sujeito ancilar no desenvolvimento do terceiro setor; um ator com papel agregador na constituição de organizações não-governamentais. Isto é, quase sempre o empresariado é visto como um corolário nos elos das novas alianças que se formam para promover o papel e a autonomia dos grupos civis frente ao Estado. Entretanto, não é percebido como um agente alavancador de mudanças sociais provocadas pelas redes de solidariedade e nem na renovação das mentalidades e dos valores nestes ambientes.

Quando se pretende considerar o papel do empresariado e suas possibilidades como agente engajado numa cultura transformadora de valores e atitudes, torna-se necessário olhar de forma crítica como esta categoria é usada nas análises sociais. Ela é geralmente tomada como uma noção convencionalizada sobre quem é o empresário e como age voltado para interesses egoístas, um sujeito que se mantém omisso em relação às mudanças sociais do mundo democrático. Além disso, com muita freqüência, contempla-se a idéia de um sujeito que não absorve transformações sociais e, comparativamente com as outras classes, é aquela cuja consciência é 'estruturalmente' incapaz de rever sua inserção social.

Destarte, o presente trabalho sugere que é possível introduzir no estudo desta temática alguns pressupostos de análise para estruturar o modo como é constituída a categoria empresário, tornada ela própria objeto da investigação. Para tanto, é preciso permitir que se considere, ao longo do trabalho empírico e da formatação dos instrumentos de pesquisa, uma concepção de empresário que o qualifique como ator presente, ativo e capaz de absorver as mudanças sociais de sua época. Logo, reelaborando os construtos intelectuais que configuram a categoria de análise, propicia-se um novo posicionamento do objeto no campo metodológico da pesquisa, condicionando, portanto, a abordagem que torna esse objeto real do ponto de vista adotado pela pesquisa. Desta forma, estabelece-se uma lógica consistente entre os procedimentos de construção da categoria básica de estudo – o empresário – e os recursos de diagnóstico e medição do objeto, como parte da própria interação entre temática e objetivos (Wagner, 1995).

Para repensar o empresário, tomou-se inicialmente como referência a noção de categoria como discutida por Lenoir (1995): categorias são definições instituídas para comandar as condições de observação e as explicações numa pesquisa, conforme a orientação dada pelo pesquisador. Portanto, funcionam como princípios de entendimento e classificação do mundo social e servem para entender os fundamentos sociais mais imediatos ou, menos imediatos dos comportamentos, atitudes e valores dos indivíduos.

O primeiro aspecto a se considerar na elaboração da categoria empresário no contexto até o momento apresentado, é considerá-lo um sujeito posicionado numa estrutura social com caráter reflexivo entre as esferas materiais e subjetivas, como dito anteriormente. Isto permite entender que, conquanto em posição dominante para a realização dos seus interesses econômicos (posição estrutural do agente), o empresário percebe os limites restritos de realização destes interesses se eles reproduzirem, de forma persistente, desigualdades estruturais difíceis de reverter. Parece equivocado nos tempos atuais pensar que o empresário se percebe de forma isolada, ou melhor dizendo, bastando-se a si mesmo e contentando-se com o resguardo do espaço de poder num contexto interpretado como de antagonismo de classes. Por outro lado, ao se levar em conta, na concepção metodológica do objeto, a reflexividade entre ação do indivíduo e determinantes de mercado, isto é, entre os interesses produzidos no âmbito dos valores e das motivações e o seu confronto com o cálculo dos objetivos racionais, abre-se espaço para considerar que a realização dos interesses da classe empresarial não se reduz aos interesses da realização do lucro.

A justificativa se apoia em dois elementos. O primeiro seria o fato das incertezas do mercado se agravarem nesta fase especulativa do capitalismo, e o segundo, o reconhecimento que a dinâmica de acumulação dominada pelo controle e pela previsibilidade permitidos pelo domínio da razão moderna na própria idéia de progresso, haverem se esgotado (Giddens, 1991). Demais, na linha das justificativas, há que se reconhecer que o sistema de reprodução capitalista, no plano da governança, demanda outros recursos que integrem os agentes de forma mais concertada com os desejos (identitários, jurídicos, espaciais, distributivistas, etc.) que mobilizam grupos sociais em todos os estratos. Dito de outra forma, o presente nível de desenvolvimento capitalista, a despeito de concentrador e agravador de desigualdades, não pode prescindir de considerar duas mudanças radicais nos sistemas sociais: a ação participativa ampliada (a cidadania participativa) e os padrões mundiais de desenvolvimento equacionados nos índices de qualidade de vida e desenvolvimento humano (usados cada vez mais pelas agências internacionais independentes).

É neste plano de análise que se configura a categoria de empresário: um sujeito social que, formado na posição de classe dominante na esfera da produção, não se reduz a esta mesma esfera. Isto é, a categoria empresário deve incorporar a própria idéia de pluralidade na formação de sujeitos que, mesmo na condição de grupos dominantes economicamente, comungam e compartilham valores sociais abrangentes e plurais, que extrapolam a dimensão dos interesses econômicos formados a partir do cálculo na empresa e no mercado. Uma noção de empresário que o identifica como sujeito capaz de perceber o seu nível de integração na comunidade onde atua, local, regional e nacionalmente, influenciando, portanto, o seu engajamento cívico.

Outro aspecto levado em conta na elaboração da categoria empresário é considerá-lo um agente propriamente constitutivo do desenho das redes de solidariedade. Estas têm reordenado as relações sociais no seio da sociedade civil e têm influenciado o reordenamento das esferas de competência entre o público e o privado nas democracias ocidentais nas últimas duas décadas. A solidariedade, questão muito em evidência nas análises sociais e nos debates políticos, pode ser definida, grosso modo, como uma força maximizadora dos laços sociais que se constroem sobre cooperação e apoio mútuo em oposição a atitudes de rejeição e desconfiança. Pode ser referida a quatro propriedades básicas que condicionam as formas de interação social: o sacrifício individual em função do grupo, a lealdade baseada na confiança, um certo grau de sacralidade em relação aos valores compartilhados e a autoridade que emana da ligação orgânica ao grupo (Xiberras, 1993).

Pode-se dizer que o lastro dos dados de solidariedade se consolida no campo da reciprocidade da ação entre indivíduos nos espaços coletivos. Destarte, conceber a presença ativa do empresário neste novo nível de atuação de atores,

mesmo que diversos em suas origens e identidades, abre um campo de entendimento sobre o papel da reciprocidade entre atores posicionados em hierarquias diferentes no âmbito da produção econômica. Produz-se um dimensionamento de reciprocidade que busca romper a pouca comunicação e o reduzido intercâmbio entre grupos no poder (poder dominante e poder popular), ampliando horizontalmente as relações de integração social. Para Putnam (1994), por exemplo, a reciprocidade se constrói quando atores passam de um nível de confiança individual para um de confiança social. De que forma? Quando há uma valorização da noção de bem comum, permitindo que normas abranjam, de forma generalizada e contínua, relações de troca, materializadas através de redes que viabilizam a ação cívica na coletividade, garantindo, portanto, o engajamento dos indivíduos através de meios que eles mesmo propõem e legitimam. Em última instância, promove-se ações coletivas alcançadas pela ampliação dos espaços horizontais de negociação e resolução e reduz-se os espaços onde os cidadãos se subordinam mais a sistemas verticalizados, menos participativos (mesmo que legais).

Categorias de análise posicionadas como conceitos e variáveis no desenho de uma pesquisa refletem qualidades de sociedades, culturas, subculturas, grupos e classes sociais, expressando também a dinâmica de desenvolvimento das instituições, dos fenômenos econômicos e dos sistemas coletivos simbólicos. Por isso, as propriedades atribuídas a conceitos significam o campo de delimitação do próprio conceito, o nível empírico de sua operacionalidade e o espaço explicativo construído (um conjunto de conceitos que sustentam explicações lógicas válidas). Permitem também dimensionar, do ponto de vista metodológico, como se aborda o objeto de estudo em termos da distinção entre as características de efeito de curto prazo ou aquelas que explicam situações vinculadas a estruturas de longo prazo (Wagner, 1995). Assim, é possível diferenciar entre a simples ação situacional do sujeito empresário e uma ação participativa com implicações nos próprios sistemas de interação social (por exemplo, a diferenciação entre a declaração de um empresário face a um fato específico e a sua integração ativa a um programa de intervenção social com conseqüências de longo prazo na comunidade).

A mesma postura foi tomada em relação às categorias de análise que conceitualmente operam como variáveis independentes na estruturação do trabalho empírico da pesquisa sobre empresários baianos. Tal é o caso da noção de engajamento cívico e capital social, duas noções que ocuparam papéis-chave na problematização do tema e que já foram objetos de exame neste texto. As propriedades específicas destas categorias, na obra de Putnam, incorporaram os dados da experiência histórica da sociedade italiana, os pontos de convergência e diferenciação que explicam o processo de desenvolvimento desigual das diferentes regiões italianas que fizeram parte daquele estudo.

No estudo do empresariado baiano, também, levou-se em conta as características específicas do desenvolvimento histórico da nação brasileira, a formação de suas elites e as diferenças regionais que permearam experiências distintas de desenvolvimento social e das instituições. Isto é, contextualizou-se, a partir dos dados históricos, as propriedades do capital social herdado (e o papel das elites) e as propriedades adequadas de engajamento cívico por parte da classe empresarial regional. Portanto, o estudo não buscou reproduzir os conteúdos historicamente aplicáveis das categorias da análise de Putnam, mas tomou a metodologia de constituição das mesmas como parâmetro para o estudo do caso brasileiro.

Esta abordagem acompanha também a orientação de outro autor preocupado com a questão do método nas ciências históricas. Passeron (1995) informa que o uso dos paradigmas em ciências sociais leva em conta que a construção dos pressupostos e dos meios de pesquisa selecionados não devem adotar uma delimitação rígida da compreensão semântica dos conceitos-chave. Assume-se, como importante, incorporar à própria problematização do tema e dos seus questionamentos centrais a necessidade de não aprisionar conteúdos conceituais, *a priori*, em relação ao objeto de investigação e à operacionalização da pesquisa. Enfim, pode-se dizer que as categorias de análise utilizadas na pesquisa sobre o

empresariado baiano não foram formuladas com conotação genérica, abstratamente elaboradas. É pesquisando o engajamento cívico e capital social na Bahia e no Brasil que se espera obter uma compreensão satisfatória para o papel das elites empresariais no desenvolvimento histórico, a partir de uma abordagem diferenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empresário, capital social e engajamento cívico são produtos de práticas sociais, apropriados pelo pesquisador e tornados categorias de análise através de uma estruturação lógica relativa à combinação de referentes, obtidos a partir da observação (mediata ou imediata) da realidade. Uma categoria de análise só se torna consistente, em última instância útil, na sua capacidade de conferir à realidade uma explicação convincente, a partir de determinados critérios selecionados para definir suas propriedades. O critério mais geral que permeia a presente visão de empresário assume-o como sujeito econômico e sujeito social que não se percebe unicamente como agente de realização de interesses econômicos, mas de inúmeros interesses. Sujeito que se posiciona como capaz de conjugar seus objetivos mais imediatos (o lucro) com objetivos que se realizam no âmbito do interesse público, mediatizados por ações coletivas integradas em formas associativas ou em extensivas redes de integração social.

Ao buscar os dados que esclarecem os graus diferenciados de participação empresarial no desenvolvimento social, busca-se uma explicação para aquilo que, de forma reducionista, pareceria resolvido: o empresário só pode ser entendido como agente egoísta porque a maior parte de sua identidade e papel sociais se produzem ao nível de sua inserção na esfera da produção, tornando-se "naturalmente egoísta". É justamente esta visão simplificadora, que aborda a questão por um único prisma, que a presente discussão pretende ampliar, situando melhor o papel do empresário dentro do campo temático da ação social participativa.

Finalmente, vale informar que para viabilizar o trabalho empírico que toma esta concepção crítica e ampliada de empresário em conta, o estudo do tema pode se servir de inúmeros recursos de análise qualitativos e quantitativos. Trabalhando com conceitos e variáveis logicamente estruturados para habilitar a investigação a estabelecer as conexões que se fazem relevantes para entender o tema, as variáveis e os indicadores utilizados (em entrevistas ou questionários) devem perseguir a mesma linha metodológica sugerida para a construção das categorias-chave do tema. Outrossim, conforme analisado por Passeron (1995), um tema desta natureza exige que o pesquisador esteja atento para aquilo que este autor chamou de 'cultura como comportamento declarativo'; vale dizer, é preciso estabelecer na pesquisa a capacidade de desconstruir cuidadosamente no discurso dos depoentes a idéia declarada daquela contida nas ações praticadas. Ao se objetivar obter um diagnóstico mais próximo daquele conferido pela realidade material dos fatos, torna-se necessário estabelecer os meios de controle do jogo que a subjetividade permite ao declarante. E o delineamento adequado de categorias, variáveis e indicadores, a partir da problematização que o próprio tema permite e que a sua função operacional na pesquisa possa contemplar as gradações e nuances das interpretações que os atores-alvo possam realizar sobre a interpretação dos fatos sociais⁵.

⁵ A aplicação prática desta postura metodológica foi viabilizada na pesquisa sobre o empresariado baiano através de um extenso questionário de 50 perguntas; com respostas fechadas alternativas de caráter descritivo e analítico sobre o tema. O empresário pôde se posicionar a partir de variáveis e indicadores que o reportavam diretamente às categorias-chave tal como concebidas na construção da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*, S.Paulo, Paz e Terra, 1986
- FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- DINIZ, E. "Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil no anos 90". In: *Crise, reforma do estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____ *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HELD, D. & THOMPSON, J.B. *Social theory of modern societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LANIADO, R.N. "Mentalidades empresariais: tema e análise", *Anais da XXIª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, ABA*. Vitória:, abril de 1998.
- LANIADO, R. N. & BAIARDI, A. "Padrões culturais e desempenho empresarial numa economia em mudança: o caso da Região Metropolitana de Salvador". *Organizações e Sociedade*, Vol.5, nº11, jan/abr. 1998.
- LENOIR, R. "Objeto sociológico e problema social". In: CHAMPAGNE et alii (orgs.) *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PASSERON, J.C. *O raciocínio sociológico*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- REIS, E. "Governabilidade e solidariedade". In: VALLADARES & COELHO (orgs.) *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- WAGNER, W. "Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais". In: GUARESCHI & JOVCHELOVITCH (orgs.) *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- XIBERRAS, M. *Les théories de l'exclusion*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1993.